

Educação no Mercosul

O Congresso Nacional recebeu, enviado pela Presidência da República, protocolo sobre integração educativa, assinado em agosto passado durante reunião de ministros da Educação dos países do Mercosul. O compromisso refere-se exclusivamente ao reconhecimento de certificados, títulos e estudos de nível primário e médio, não técnico, note-se bem. O objetivo essencial do protocolo está bem definido: produzir quadro jurídico que garanta aos estudantes dos quatro países o reconhecimento de cursos e diplomas, para facilitar, obviamente, o livre trânsito entre os diferentes sistemas educacionais da região. Esse é o ponto relevante.

Antes de mais nada, deve-se notar que se está frente a um protocolo de intenções restrito à área educacional, nela se esgotando; o ensino técnico, que contém em si mes-

mo uma projeção de problemas nada desprezível — como a habilitação profissional e, no caso, a migração da mão-de-obra —, não entrou na pauta de discussões. Os compromissos firmados referiram-se apenas a questões educacionais e esta talvez seja a melhor das oportunidades para uma avaliação do ensino que fornecemos a nossas crianças. Pois o que se propõe é que, em teoria, os alunos dos quatro países tenham recebido carga e qualidade idênticas de informações e formação correspondente.

Com a palavra, portanto, o Ministério da Educação, esquecidas as avaliações de entidades internacionais como a Unicef ou de instituições de notória competência, como a Fundação Carlos Chagas. Pela avaliação oficial, feita há pouco mais de um ano com base em dados da Secretaria Nacional de Educação Básica do MEC, 18 alunos

em cada grupo de cem concluíam o ciclo de ensino fundamental, realidade que o estudo do Ministério apontava com uma das piores entre 114 países estudados comparativamente. Depois de avaliar 85 mil estudantes de 1º grau de todo o País, o MEC concluiu que pouco menos da metade do conteúdo programático das disciplinas Português, Matemática e Ciências é de fato dominado pelos alunos!

É verdade que os Estados fronteiriços do Sul estão em melhor situação que os do resto do País. Nas três disciplinas acima apontadas, os estudantes de Santa Catarina obtiveram o melhor índice de acertos (52,4%), seguidos pelos estudantes do Rio Grande do

Sul, com 51,8% de respostas corretas nos testes. Os alunos do Distrito Federal ficaram em terceiro lugar e Alagoas é o Estado com menor índice de acertos na avaliação do MEC.

O sistema educacional brasileiro, portanto, não apresenta bons resultados. Mesmo assim, submetemo-nos a uma comparação forçada com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. São as imposições do processo de integração regional, que indi-

cam haver apenas uma saída: o da busca da excelência para que estudantes brasileiros possam frequentar as escolas de países vizinhos, porque para isso estão aptos, e não porque diplomatas e políticos firmaram alguns papéis.

Os acordos no Mercosul impõem saída para a educação dos jovens: busca da excelência